

afixação do mapa de horário de funcionamento, em violação do disposto do n.º 1 do artigo 12.º e n.º 1 do artigo 13.º

b) De 250,00€ e 3.740,00€, para as pessoas singulares, e entre 2 500,00 € e 25 000,00 € para as pessoas coletivas, o funcionamento de estabelecimentos fora do horário estabelecido.

2 — A tentativa e a negligência são puníveis.

Artigo 17.º

Reincidência e sanção acessória

1 — Em caso de reincidência, o valor das coimas aplicáveis são elevados para o dobro, não podendo, ultrapassar os limites máximos fixados no presente Regulamento.

2 — Sem prejuízo do número anterior, havendo reincidência e quando a culpa do agente e a gravidade da infração o justifique, além das coimas previstas no artigo anterior, pode ainda ser aplicada a sanção acessória de encerramento do estabelecimento durante um período não inferior a três meses e não superior a dois anos, em conformidade com a legislação que regula as contraordenações.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 18.º

Contagem de prazos

Os prazos referidos no presente Regulamento contam-se nos termos do disposto no artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 19.º

Direito subsidiário

A tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Regulamento aplica-se o Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 129/96, de 10 de agosto, 216/96, de 20 de novembro e 111/2010, de 15 de outubro, e 48/2011, de 1 de abril, e subsidiariamente o Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 20.º

Interpretação e integração de lacunas

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento serão decididas e integradas por deliberação da Câmara Municipal de Vila Flor.

Artigo 21.º

Norma revogatória

É revogado o Regulamento Municipal sobre Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços.

Artigo 22.º

Produção de efeitos

O presente Regulamento produz efeitos à data da sua entrada em vigor, com exceção da aplicação das disposições do presente regulamento que pressupõem a existência do “Balcão do Empreendedor” só produzem efeitos à data da sua efetiva implementação no Município de Vila Flor, nos termos a definir por protocolo celebrado entre este e a Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.)

Artigo 23.º

Norma Transitória

1 — Até à efetiva implementação do “Balcão do Empreendedor” no Município de Vila Flor, nos termos do artigo anterior, os procedimentos a adotar para os pedidos de horário de funcionamento dos estabelecimentos dentro e para além dos limites fixados no artigo 4.º iniciam-se através de requerimento apresentado em impresso disponível do BUA (Balcão Único de Atendimento) da Câmara Municipal de Vila Flor e no sítio www.cm-vilaflor.pt, dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, e deles deve constar a identificação do requerente, incluindo o domicílio ou sede, bem como a indicação da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de requerer o horário de funcionamento do estabelecimento.

2 — Ao requerimento mencionado no número anterior deverá ser junta fotocópia do alvará de licença de utilização do espaço onde irá funcionar o estabelecimento.

3 — Compete ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Flor, em sede de apreciação liminar, decidir sobre as questões de ordem formal e processual que possam obstar ao conhecimento do pedido apresentado.

4 — Sempre que o requerimento de pedido de horário de funcionamento não seja acompanhado de qualquer dos elementos instrutórios referidos nos números 1 e 2 do presente artigo, o Presidente da Câmara profere despacho de aperfeiçoamento do pedido, no prazo de 10 dias a contar da respetiva apresentação.

5 — Na situação prevista no número anterior, o requerente é notificado para, em prazo não inferior a 10 dias, corrigir ou completar a instrução do pedido, suspendendo-se os ulteriores termos do procedimento, sob pena de rejeição a proferir pelo Presidente da Câmara.

6 — O pedido de horário de funcionamento é indeferido quando:

a) Violar os limites fixados no artigo 4.º;

b) Violar os requisitos constantes dos artigos 7 e 8.º deste Regulamento.

Artigo 24.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

205548803

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE GAIA

Aviso n.º 556/2012

Relatório do Estado do Ordenamento do Território de Vila Nova de Gaia

Período de discussão pública

Torna-se público que, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal aprovou, em 22 de dezembro de 2011, o Relatório do Estado de Ordenamento do Território de Vila Nova de Gaia (REOT) — documento que traduz o balanço da execução dos instrumentos de gestão territorial objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão dos mesmos.

Assim, em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 146.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro), a Câmara Municipal submete o REOT a um período de discussão pública de trinta dias, com início cinco dias após a publicação deste aviso no *Diário da República*.

Durante esse prazo o REOT estará disponível para consulta nas instalações da GAIURB, EEM, e em www.gaiurb.pt, e os interessados poderão obter os devidos esclarecimentos junto do Departamento de Planeamento Urbanístico.

A apresentação de sugestões deverá ser efetuada por escrito, em impresso próprio (disponível nas instalações da GAIURB, EEM, e em www.gaiurb.pt), a entregar diretamente, ou através de correio registado, na GAIURB, EEM, Largo de Aljubarrota 13, 4400-012 Vila Nova de Gaia.

4 de janeiro de 2012. — O Presidente da Câmara, *Luís Filipe Menezes*.

205553874

FREGUESIA DO PRIOR VELHO

Aviso n.º 557/2012

Lista unitária de ordenação final provisória

Para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a lista unitária de ordenação final provisória do procedimento concursal comum, publicitado pelo aviso n.º 18319/2011, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 178, de 15 de setembro, para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira geral de Assistente Operacional, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, se encontra afixada nas